



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Administração

RODOLFO MARCUS DA SILVA MAIA

ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: um estudo sobre a percepção dos alunos do curso noturno de Administração da Universidade de Brasília em relação ao tema

Brasília – DF

2011

RODOLFO MARCUS DA SILVA MAIA

ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: um estudo sobre a percepção dos alunos do curso noturno de Administração da Universidade de Brasília em relação ao tema

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.

Professora Orientadora: Doutora, Magda de Lima Lúcio
Co-orientadora: Annita Valléria Calmon Mendes

Brasília – DF

2011

Maia, Rodolfo Marcus da Silva.

Ética na Administração Pública: um estudo sobre a percepção dos alunos do curso noturno de Administração da Universidade de Brasília em relação ao tema / Rodolfo Marcus da Silva Maia. – Brasília, 2011.

44 f. : il.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração, 2011.

Orientador: Prof. Dra. Magda de Lima Lúcio, Departamento de Administração.

1. Ética. 2. Administração Pública. 3. Código de Conduta Ética.
I. Título. II. Subtítulo

RODOLFO MARCUS DA SILVA MAIA

ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: um estudo sobre a percepção dos alunos do curso noturno de Administração da Universidade de Brasília em relação ao tema

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do
(a) aluno (a)

RODOLFO MARCUS DA SILVA MAIA

Doutora, Magda de Lima Lúcio
Professora-Orientadora

Doutora, Eloísa Pereira Barroso
Professora-Examinadora

Mestre, Annita Valléria C. Mendes
Professora-Examinadora

Brasília, 23 de novembro de 2011

AGRADECIMENTOS

À minha co-orientadora, Annita Mendes, pela dedicação e grande colaboração para meu trabalho.

À minha orientadora, Magda de Lima Lúcio, pelas sugestões e colaboração.

A todos os amigos que fiz na Universidade, pelos momentos prazerosos que me proporcionaram e por me ajudarem quando precisei.

A todos os professores que tive, por todo aprendizado que me proporcionaram.

À minha família, por estar ao meu lado durante todo esse tempo.

A todos aqueles que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho.

“Vigie seus pensamentos, porque eles se tornarão palavras; Vigie suas palavras, porque elas se tornarão atos; Vigie seus atos, porque eles se tornarão seus hábitos; Vigie seus hábitos, porque eles se tornarão seu caráter; Vigie seu caráter, porque ele será o seu destino”.

(autor desconhecido)

RESUMO

O debate sobre a ética vem ganhando cada vez mais destaque na mídia. O objetivo desta pesquisa é identificar o conhecimento dos alunos do curso noturno de Administração da Universidade de Brasília-UnB em relação ao tema Ética na Administração Pública Federal. Para se atingir esse objetivo, foi feita uma pesquisa quantitativa e o instrumento de pesquisa utilizado foi o questionário, com treze perguntas fechadas, contendo três categorias: Informações Pessoais, Conceito de Ética e Ética na Administração Pública. Os conceitos de ética, moral e administração pública são discutidos no estudo, assim como são descritas formas de implementação da ética na Administração Pública. A análise dos dados foi auxiliada por um total de quinze gráficos e duas tabelas. Os resultados do estudo demonstraram que os estudantes entrevistados atribuem grande importância para o tema em discussão apesar de não possuírem uma boa imagem do serviço público e muitos desconhecerem as ações do Estado para promoção da Ética na Administração Pública, como a implantação de códigos de conduta ética. Percebeu-se, também, a subjetividade do termo ética, entendido de diferentes formas pelos entrevistados. No final, são apresentadas algumas limitações da pesquisa e são sugeridas pesquisas futuras relacionadas ao tema em questão: a Ética na Administração Pública.

Palavras-chave: Ética; Administração Pública; Código de Conduta Ética.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Idade.	26
Tabela 2 – Semestre no curso.	26

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo.....	25
Gráfico 2 – É servidor público?	27
Gráfico 3 – Você entende o significado de ética?	28
Gráfico 4 – Quando você ouviu falar de ética pela primeira vez?	28
Gráfico 5 – O que você entende por ético?	29
Gráfico 6 – Qual palavra ou expressão remete ao significado de ética para você? ..	30
Gráfico 7 –No seu curso superior, você participou de aulas ou outra atividade acadêmica sobre Ética?	30
Gráfico 8 – Você considera o tema “Ética na Administração Pública” importante?...	31
Gráfico 9 – Você acha que é dever do servidor executar com postura ética seu trabalho?	32
Gráfico 10 – Para você, uma postura ética do servidor proporciona confiança no serviço prestado?	33
Gráfico 11 – Você possui uma boa imagem do serviço público?	33
Gráfico 12 – Você relaciona a imagem do serviço público com:	34
Gráfico 13 – Você acredita que a conduta ética pode melhorar a qualidade do serviço público?.....	35
Gráfico 14 – Você conhece algum Código de Conduta Ética para o Serviço Público Federal?	35
Gráfico 15 – Para você, o que o Estado faz para promover a ética na Administração Pública é:.....	36

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	Contextualização do Assunto	9
1.2	Formulação do problema	9
1.3	Objetivo Geral.....	10
1.4	Objetivos Específicos	10
1.5	Justificativa.....	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	Conceitos de ética e moral.....	12
2.2	Administração Pública.....	14
2.3	O que é ser ético na Administração Pública.....	16
2.4	A implementação da ética na Administração Pública.....	18
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	21
3.1	Tipo e descrição geral da pesquisa.....	21
3.2	Caracterização da organização, setor ou área.....	22
3.3	População e amostra	22
3.4	Caracterização dos instrumentos de pesquisa.....	23
3.5	Procedimentos de coleta e de análise de dados	24
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	37
	REFERÊNCIAS	40
	ANEXOS	43
	Anexo A – Questionário	43

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Desde as últimas décadas, casos de desvios de padrão ético estão surgindo cada vez com mais intensidade na imprensa. Devido a isso, percebe-se a necessidade de estudar os padrões de ética existentes na administração pública brasileira. O presente estudo tem como objetivo geral Identificar o conhecimento dos alunos do curso noturno de Administração da Universidade de Brasília-UnB em relação ao tema Ética na Administração Pública Federal.

A discussão e a busca do comportamento ético são extremamente importantes para uma sociedade, pois, dessa forma, consegue-se promover maior bem estar para a maioria das pessoas. Mas o debate sobre ética é bem delicado, pois, "A ética é daquelas coisas que todo mundo sabe o que são, mas que não são fáceis de explicar, quando alguém pergunta". (VALLS, 1993, p.7) Devido a isso analisamos o entendimento desses estudantes de Administração em relação ao assunto.

Os conceitos de ética e moral, assim como os conceitos de Governo e Administração Pública são comparados e discutidos no corpo do texto. São descritas, também, algumas atitudes tomadas pelo Governo a fim de se implementar a Ética na Administração Pública.

De qualquer forma, essa pesquisa deve ser vista como uma forma de contribuição para o tema em questão, que é a Ética na Administração Pública.

1.2 Formulação do problema

Roberto DaMatta e Ricardo Caldas (2008), em uma pesquisa sobre valores éticos, afirmaram que a Ética é um assunto que exige serenidade e sensibilidade sociológica, pois está relacionado à cultura, a valores e a gestos mais ditados pelos

costumes do que pelas exigências políticas. Esse fato nos traz questionamentos e a necessidade de verificar os padrões de ética existentes na administração pública brasileira.

Apresenta-se, assim, a seguinte pergunta de pesquisa:

Qual a percepção dos alunos do curso noturno de Administração da Universidade de Brasília em relação ao tema “Ética na Administração Pública”?

1.3 Objetivo Geral

Identificar o conhecimento dos alunos do curso noturno de Administração da Universidade de Brasília-UnB em relação ao tema Ética na Administração Pública Federal.

1.4 Objetivos Específicos

- Definir os conceitos de Moral, Ética e Administração Pública.
- Identificar o entendimento dos alunos do curso noturno de Administração da Universidade de Brasília – UnB sobre o que é Ética
- Descrever o que tem sido feito, a partir de 1994, quando foi aprovado o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, para se incorporar o comportamento ético na Administração Pública Federal.
- Analisar a percepção dos estudantes do curso noturno de Administração da UnB com relação à Ética na Administração Pública

1.5 Justificativa

O debate sobre a “Ética” vem ganhando cada vez mais destaque na sociedade atual, seja nas relações pessoais, na política, nos negócios, etc. Com isso, é notável

a crescente preocupação e interesse, por parte da população, em casos de imoralidade, improbidade administrativa, desonestidade, negligência, uso indevido de dinheiro público, entre outras formas de ir contra padrões éticos. De acordo com uma pesquisa sobre valores éticos feita pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República no ano de 2008, “casos de desvios de padrão ético estavam surgindo cada vez com mais intensidade na imprensa”. Atualmente, há também uma revalorização da questão da ética no serviço público (GREEN; DENHARDT, 1994 apud ABRUCIO, 1997).

Para NOLAN (1995), a perda de confiança, por parte dos cidadãos, nos ocupantes de cargos públicos é uma coisa séria. Criou-se uma cultura de incerteza moral, de desconfiança. É necessário recuperar a confiança e o respeito das pessoas. Um comportamento decente na vida pública não é apenas desejável, mas essencial, pois são esses trabalhadores os responsáveis por lidar com o bem público.

A fim de se consolidar a conduta ética na administração pública brasileira, foram criados códigos de conduta ética. Esses códigos são instrumentos formais para se orientar a cultura, a política e os valores organizacionais. Apesar da existência desses instrumentos, o que falta para a consolidação da conduta ética na administração pública brasileira? Seria uma maior divulgação dessas regras, educação e treinamento de agentes públicos, maior número de mecanismos de controle que sejam eficientes ou punições exemplares?

O público alvo desta pesquisa, estudantes do curso de administração, serão os futuros servidores públicos, gestores, administradores de empresas, gerentes, entre outros e, desde então, é necessário ter conhecimento sobre a ética pública e das conseqüências e punições de quaisquer atos considerados antiéticos. Sendo assim, este trabalho pode contribuir para que se entenda a importância da consciência ética e do conhecimento das normas existentes que tratam do assunto, pois, assim como a educação e a cultura, a ética é aprendida e desenvolvida pelo ser humano. Uma boa formação ética pode ajudar os futuros (ou atuais) trabalhadores da iniciativa privada ou da Administração Pública a atuarem de forma honesta e transparente, evitando situações injustas e imorais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceitos de Ética e Moral

Para ARANHA E MARTINS (1993), os conceitos de moral e ética são frequentemente usados como sinônimos. A etimologia dos termos é semelhante: moral vem do latim *mos*, *moris*, que significa “maneira de se comportar regulada pelo uso”, daí “costume”, e de *moralis*, *morale*, adjetivo referente ao que é “relativo aos costumes”. Ética vem do grego *ethos*, que tem o mesmo significado de “costume”. Para as autoras, “a moral é o conjunto das regras de conduta admitidas em determinada época ou por um grupo de homens” e a ética é a parte da filosofia que trata da reflexão sobre os princípios que fundamentam a moral. Então pode-se definir a Moral como sendo normativa, ou seja, um conjunto de normas, princípios, preceitos, costumes, valores que norteiam o comportamento do ser humano em seu grupo social. Já a Ética pode ser entendida como uma teoria filosófica ou científica.

Para facilitar a diferenciação, ROSAS (2002) afirma que ética e moral são diferenciados de vários modos, entre eles:

1. Ética é princípio, moral são aspectos de condutas específicas;
2. Ética é permanente, moral é temporal;
3. Ética é universal, moral é cultural;
4. Ética é regra, moral é conduta da regra;
5. Ética é teoria, moral é prática.

No sentido de diferenciar os termos, BAUMAN (1997) afirma que há repercussão entre as diferentes formas de prática moral e o dilema da ética, que é a teoria moral. Para o autor, a crise moral repercute em crise ética. De acordo com ele, a ética é um código moral que pretende ser o único conjunto de regras de conduta harmonicamente coerentes ao qual toda pessoa considerada moral deva obedecer. Mas essa moralidade não é universalizável. De acordo com BAUMAN (1997; p.18):

...a moralidade não passa de costume local (e temporário), de que é certo que o que se crê ser moral em determinado lugar e tempo não se vê com bons olhos em outro, ocorrendo, portanto, que todas as formas de conduta moral até então praticadas são relativas a tempo e a lugar, afetadas por caprichos de histórias tribais e invenções culturais;...

De acordo com o dicionário Aurélio Buarque de Holanda, a ética é o estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativa à determinada sociedade ou seja de modo absoluto. Para VÁZQUEZ (2002), ética é a “teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade”. Outra definição de Sánchez Vásquez para ética, é que ela é “um conjunto sistemático de conhecimentos racionais e objetivos a respeito do comportamento humano moral,...”. Para esse autor, a moral é um fato histórico e deve ser considerada como um aspecto da realidade humana que se altera com o tempo. O dicionário Aurélio define a moral como o conjunto de regras de conduta consideradas como válidas, quer de modo absoluto para qualquer tempo ou lugar, quer para grupo ou determinada pessoa. Para VÁZQUEZ (2002), o objetivo fundamental da ética é a moralidade, por isso não se deve confundir ética com moral. A moral é o objeto de estudo da Ética.

Para que se possa falar propriamente do comportamento moral de um indivíduo, é preciso que os fatores sociais que nele influem e o condicionam sejam vividos pessoalmente, passem pela sua consciência ou sejam interiorizados, porque somente assim poderemos responsabilizá-los por sua decisão e por sua ação. Exige-se efetivamente que o indivíduo, sem deixar de ser condicionado socialmente, disponha da necessária margem individual para poder decidir e agir: somente com essa condição poderemos dizer que se comporta moralmente. (VÁZQUEZ, 2002: p.31).

Nessa mesma linha, SOUZA (2002) define ética como “um conjunto de princípios e valores que guiam e orientam as relações humanas. Esses princípios devem ter

características universais, precisam ser válidos para todas as pessoas e para sempre.”

2.2 Administração Pública

A administração Pública pode ser entendida como o conjunto de serviços, de órgãos e de agentes do Estado que tentam satisfazer as necessidades da sociedade, como a educação, saúde, segurança, lazer, cultura, etc. Resumidamente, seria a gestão dos interesses públicos por meio da realização de serviços públicos. Nesse sentido, Moraes (2003; p. 310) define a administração pública como “a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para a consecução dos interesses coletivos e subjetivamente como o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado.”

É comum as pessoas confundirem os termos “administração pública” e “Governo”. Para tentar esclarecer a diferença entre cada um, MEIRELLES (2000) define Administração Pública de três formas diferentes. A primeira, em sentido formal, como sendo o conjunto de órgãos instituídos para a realização dos objetivos do Governo; a segunda, em sentido material, como conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral e a terceira, em sentido operacional, como “desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade.” Para esse autor, a administração pública é todo o aparelhamento do Estado voltado para a realização de serviços, a fim de satisfazer a sociedade.

Ainda no sentido de diferenciar esses dois conceitos, MEIRELLES (2000) cita que a Administração é o instrumental de que dispões o Estado para colocar em prática as opções políticas do Governo. Dessa forma o Governo comanda com responsabilidade constitucional e política, mas sem responsabilidade profissional pela sua execução e a Administração executa sem responsabilidade constitucional ou política, mas com responsabilidade técnica e legal pela execução. O Governo e a Administração agem por meio de seus órgãos, de seus agentes (pessoas que possuem cargos ou funções) e de suas entidades (as pessoas jurídicas).

Já para DI PIETRO (1999), a administração pública não é apenas uma máquina que realiza o trabalho do governo. Para essa autora, se a administração pública tiver relação com os problemas do governo, é porque ela está empenhada em obter os fins e objetivos do Estado. A administração Pública é o Estado em Ação, é a atividade que desenvolve a vida em sociedade por meio da ordem, da segurança e da subsistência, ou seja, mantém o bom relacionamento entre os membros de uma sociedade.

A administração pública é matéria estudada pelo Direito Administrativo e também citada na Constituição Federal. Ela segue os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Atualmente, a administração pública é uma atividade bastante subordinada à lei e também aos tribunais para fiscalização de seus atos e atitudes.

A administração pública pode ser classificada como direta, quando composta por suas entidades estatais (Estado, Municípios, etc), que não possuem personalidade jurídica própria, ou indireta, quando constituída por autarquias, fundações e entidades paraestatais.

A administração direta é exercida pelos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Nesse caso, os órgãos não têm patrimônio, autonomia administrativa e nem personalidade jurídica própria. Na administração direta, o Estado exerce suas funções diretamente, já na administração indireta, o Estado delega suas funções a outras pessoas jurídicas, ligadas a ele. A administração indireta é composta pelas autarquias, fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e outras entidades de direito privado. Essas entidades possuem personalidade jurídica própria, patrimônio e autonomia administrativa. A administração indireta visa à descentralização, ou seja, a distribuição de competências para outra pessoa, física ou jurídica. A concessão que o Estado dá ao concessionário deve ser feita sempre através de licitação, um processo de análise das propostas mais vantajosas para o Estado, significando, portanto, uma medida de uso racional dos recursos públicos.

2.3 O que é ser ético na Administração Pública

Ser ético é ter a certeza que sua função é pública, e que tem a obrigação de tratar ao público e aos colegas de serviço com toda dignidade, honra, eficiência, honestidade e muito respeito. Ser ético é ter o zelo necessário para com o patrimônio público, evitando ao máximo o desperdício e o descaso. Ao ser ético o agente público estará automaticamente cumprindo a maioria de nossa legislação administrativa. O ser ético é realizar a sua auto-avaliação, procurando corrigir seus vícios, melhorando seu comportamento e aprimorando suas relações interpessoais. Ser ético é uma constante busca de aprimoramento da conduta pessoal e profissional. Ser ético é respeitar as diferenças e exaltar as boas práticas morais e éticas.

De acordo com o Decreto nº1171, de 22 de junho de 1994, que aprovou o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, são deveres fundamentais do servidor público, dentre outros:

- . ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e mais vantajosa para o bem comum;
- . tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público;
- . ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhe dano moral;
- . resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las;
- . comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis;

. divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a existência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento.

Estão citados também no decreto 1171, de 22 de junho de 1994, as regras deontológicas a que estão submetidas os servidores públicos, entre essas regras estão:

. A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

. O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4º, da Constituição Federal.

. A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da idéia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.

. Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação.

Para ARRUDA(2002), ser ético é: ser honesto em qualquer situação, pois a honestidade é a primeira virtude da vida nos negócios; ter coragem para assumir as decisões, mesmo que seja precisa ir contra a opinião da maioria; ser tolerante e flexível, pois muitas ideias aparentemente absurdas podem ser a solução para um problema; ser íntegro, ou seja, agir de acordo com seus princípios, mesmo nos momentos mais críticos; e ser humilde, pois só assim se consegue ouvir o que os outros tem a dizer e reconhecer que o sucesso individual vem do trabalho em equipe.

2.4 A implementação da Ética na Administração Pública

Para dar maior atenção a idéia de moralidade no setor público, foram criadas algumas políticas públicas de gestão da ética. Para AMORIM (2000), o Estado tem de definir instrumentos normativos e disciplinadores da questão da ética no trato da “coisa pública”. AMORIM (2000) afirma que, entre os anos de 1993 e 1994, houve uma tentativa, sem muito êxito, de elaborar e implantar um código geral de ética para os servidores federais, que buscava impedir práticas claras de má conduta no serviço público. O autor se referia ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, que foi instituído no dia 22 de junho de 1994. Todos os órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta deveriam formar uma Comissão de Ética para garantir a difusão e aplicação do código.

No dia 1º de fevereiro de 2007, com a publicação do Decreto nº 6029/2007, foi criado o Sistema de Gestão da Ética Pública do Poder Executivo Federal, que regulamenta as atribuições das comissões de ética na Administração Pública Federal.

Isso fez com que o gestor público passasse a ter responsabilidade com a Gestão da Ética e a ter certa obrigação em instituir comissões de ética em seu órgão ou entidade. A maior atribuição dessas comissões de ética é a divulgação das normas éticas e morais visando atingir todos os servidores. Eles deveriam elaborar um código de ética específico para seu respectivo órgão, sempre seguindo como parâmetro o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Esse trabalho deve ser feito de forma constante, com a consciência de que se trata de um processo de formação do servidor.

Outras ações no sentido de implementar a conduta ética nas organizações públicas foram descritas por Annita Mendes:

Em 2002, é instituído o Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos em exercício na Presidência e Vice-Presidência da República; ... Em 2007, instituiu-se o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal. Além da legislação específica, constituem legislação complementar à matéria: a Constituição Federal, art.37; a Lei 8112/90, Título IV; a Lei 8429/92, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, art. 482, 483, 493 a 495, e 499; o Código Penal, Título X e a Lei 9784/99. (MENDES 2010; p. 38)

MENDES (2010) também cita três importantes convenções internacionais contra a corrupção, as quais o Brasil ratificou a partir do ano 2000. São elas: a Convenção sobre o combate da corrupção de funcionários públicos estrangeiros em transações comerciais internacionais da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE, promulgada em 2002; a Convenção Interamericana contra a corrupção da Organização dos Estados Americanos – OEA, instituída em 2002; e a Convenção das Nações Unidas contra a corrupção, de 2006. Para MENDES (2010; p.39):

O compromisso assumido em âmbito internacional gera maior comprometimento do Estado com a implementação do Sistema de Gestão da Ética, uma vez que o país passa a ser observado pelas ações efetivas adotadas contra a corrupção, e o sistema constitui o instrumento de resposta para as recomendações desses organismos.

No dia 26 de maio de 1999, foi criada a Comissão de Ética Pública (CEP), com a missão de “Zelar pelo cumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal, orientar as autoridades que se conduzam de acordo com suas normas e inspirar o respeito à ética no serviço público”. Além disso, promover a ética na administração pública, em linha com o Decreto 6029/2007. A CEP busca contribuir para a divulgação e promoção da ética nas entidades e órgãos que integram o Poder Executivo Federal, fazendo com que o respeito à ética ocorra em todo o funcionalismo público. A Comissão de Ética Pública incluiu em seu plano de trabalho

a realização de cursos e seminários que possibilitem formar uma rede de profissionais com responsabilidades pela gestão da ética e conhecimentos necessários à implementação da gestão da ética em seus respectivos órgãos e entidades. (COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA, 1999)

Os esforços para consolidar-se a conduta ética na administração pública brasileira devem ser dirigidos por gestores comprometidos com a disseminação das boas práticas éticas e morais, pois são eles que devem dar o exemplo a ser seguido. Relembrando que as comissões de ética têm por tarefa orientar, aconselhar e acompanhar os dirigentes e servidores quanto à ética e a moralidade de seus atos.

A eficiência desses códigos depende do comprometimento dos dirigentes quanto aos valores nele expressos e da participação de todos os empregados no processo de elaboração. Essa condição se torna fundamental para a disseminação da cultura ética e para dar credibilidade ao programa de gestão da ética. Violações ao código de ética sem a devida punição da empresa causam a perda de credibilidade ou inviabilização do programa. Assim, a conformidade e o envolvimento constituem fatores que influenciam a efetividade dos programas de gestão da ética. (CORREIA, 2001 apud QUEIROZ, DIAS, PRADO, 2008; SARMENTO, FREITAS, VIEIRA, 2008; ARRUDA, 1993; DAFT, 2006).

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa

Quanto ao objetivo específico, a pesquisa pode ser classificada como explicativa. Para GIL (2002), a pesquisa explicativa tem como objetivo básico a identificação dos fatores que contribuem ou são determinantes para explicar o acontecimento de algum fenômeno. Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa pode ser classificada como bibliográfica e por levantamento (survey). Bibliográfica porque ela será desenvolvida tomando por base materiais já elaborados, como livros e artigos científicos. Pesquisa por levantamento, pois:

As pesquisas desse tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados. (GIL, 2002; p.50)

Quanto à natureza dos dados, podemos classificar a pesquisa como quantitativa, caracterizada por ser um estudo estatístico a fim de descrever as características de uma determinada situação. Nesse tipo de pesquisa tudo pode ser mensurável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Isso requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas descritivas, como por exemplo a percentagem, a média, etc.

3.2 Caracterização da organização, setor ou área

A presente pesquisa foi feita com estudantes do curso de Administração Noturno da Universidade de Brasília – UnB. A Universidade de Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1962. Atualmente, possui mais de 2 mil professores, 2.512 servidores e 30.777 mil estudantes de graduação e 6.650 de pós-graduação. Ela é constituída por 25 institutos e faculdades e 25 centros de pesquisa especializados. A universidade oferece 113 cursos de graduação, sendo 29 noturnos e 14 cursos à distância. Existem, também, 115 cursos de pós-graduação *stricto sensu* e 62 especializações *lato sensu*. Os cursos estão divididos em quatro *campi* espalhados pelo território do Distrito Federal, são eles: Plano Piloto, Planaltina, Ceilândia e Gama (SOBRE A INSTITUIÇÃO, 2011).

Dentre os 113 cursos de graduação oferecidos pela Universidade de Brasília, o curso escolhido para pesquisa foi o de Administração.

O curso de Administração está estruturado por disciplinas com conteúdos de formação básica e formação profissional; estudos quantitativos e suas tecnologias; e formação complementar, previstas na Resolução n.4, de 13.07.2005 do Conselho Nacional de Educação. Durante o curso, que pode ser diurno, noturno ou à distância, o estudante lida com conteúdos que giram em torno de seis eixos temáticos, são eles: Administração Pública e Gestão Social; Estratégia e Inovação; Finanças; Estudos Organizacionais e Gestão de Pessoas; Marketing; Produção, Logística e Gestão da Informação (ADMINISTRAÇÃO, 2011).

3.3 População e amostra

De acordo com dados fornecidos pelo Departamento de Administração da UnB, o curso de Administração possui 1027 alunos, divididos entre 543 no turno diurno e 484 no noturno (referente ao segundo semestre de 2011). A população estudada são os alunos do curso noturno de administração da Universidade de Brasília - UnB,

composto por 484 estudantes. A amostra analisada foi de 77 alunos escolhidos por conveniência.

3.4 Caracterização dos instrumentos de pesquisa

O instrumento de coleta de dados utilizado na pesquisa foi o questionário, com perguntas fechadas, a fim de se atingir os objetivos do projeto. Para HAIR Jr. *et al.* (2005;p.195), o questionário “é um instrumento cientificamente desenvolvido para medir características importantes de indivíduos, empresas, eventos e outros fenômenos.” De acordo com (YAREMKO, HARARI, HARRISON & LYNN, 1986, p. 186 apud GÜNTHER, 2003, p.02), o questionário é “um conjunto de perguntas sobre um determinado tópico que não testa a habilidade de um respondente, mas mede sua opinião, seus interesses, aspectos de personalidade e informação biográfica”

O questionário aplicado na pesquisa possui 13 perguntas, voltadas a analisar o conhecimento dos estudantes do curso noturno de Administração da Universidade de Brasília – UnB em relação ao tema Ética na Administração Pública. Algumas dessas questões foram tiradas de uma pesquisa sobre valores éticos feita pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República no ano de 2008, outras criadas pelo autor. Segundo HAIR Jr. *et al.* (2005;p.230):

“Nenhum questionário deve ser administrado antes que o pesquisador avalie a provável exatidão e coerência das respostas. Essa avaliação pode ser feita por meio do pré-teste dos questionários, utilizando-se uma pequena amostra de respondentes com características semelhantes às da população alvo”.

Foi realizado um pré-teste do questionário com 10 alunos respondentes a fim de que se aperfeiçoasse o instrumento de coleta de dados dessa pesquisa. Após feito o pré-teste, o questionário foi validado e foi criada a versão definitiva, aplicada a 77 alunos do curso noturno de Administração da UnB.

3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados

Os dados foram coletados no campus da Universidade de Brasília do Plano Piloto, mais especificamente no Instituto Central de Ciências - ICC, ala norte, no Pavilhão João Calmon – PJC e no Pavilhão Anísio Teixeira - PAT. Os questionários foram aplicados pessoalmente pelo pesquisador. O tempo utilizado para a coleta de dados foi de 3 dias, no período noturno. Os dados coletados foram primeiramente tabulados e posteriormente analisados estatisticamente, por meio de gráficos que auxiliam na visualização e no melhor entendimento dos resultados. Foram usadas técnicas estatísticas descritivas para se chegar aos resultados, como a percentagem.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de iniciar a discussão dos dados, cabe fazer um breve comentário sobre a metodologia empregada para se fazer essa análise. Foram usados, no total, quinze gráficos e duas tabelas para facilitar a visualização e análise dos resultados apresentados, tomando por base as perguntas do questionário que é composto por: I - Informações pessoais, II - Conceito de Ética e III – Ética na Administração Pública.

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nessa parte, traça-se o perfil dos entrevistados de acordo com os dados solicitados. No total, 77 estudantes responderam o questionário, o que corresponde a 16% da população em geral, composta de 484 alunos do curso noturno de Administração. Como ilustrado no **Gráfico 1**, 39% do total de entrevistados são do sexo feminino, o que corresponde a 30 alunos. Já os outros 61% do total de respondentes pertencem ao sexo masculino, que corresponde a 47 pessoas.

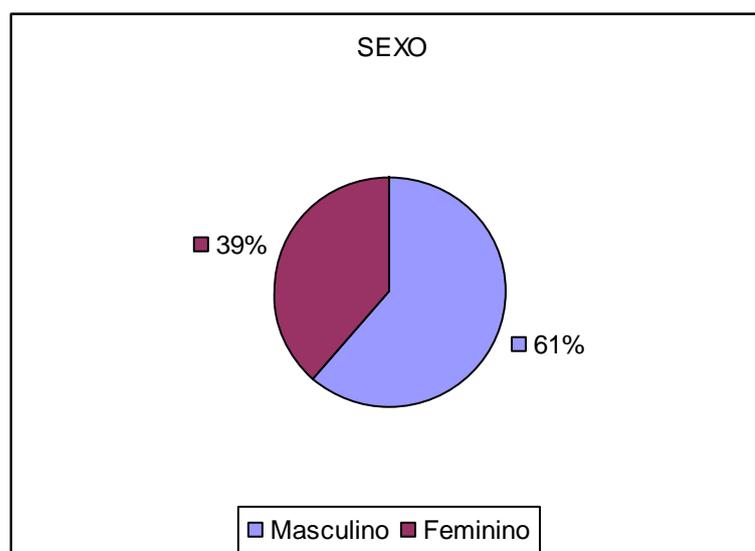


Gráfico 1: Sexo
Fonte: elaborado pelo autor

No que se refere à faixa etária, conforme exposto na **Tabela 1**, 11 alunos possuem idade entre 18 e 20 anos, 52 possuem idade entre 21 e 24 anos e 12 possuem 25 anos ou mais, o que corresponde a, respectivamente; 14,28%; 67,53% e 15,58% do total de alunos. Dois entrevistados não responderam o item idade, o que corresponde a 2,59% do total

Idade	Nº de alunos	Percentual
18 a 20 anos	11	14,28%
21 a 24 anos	52	67,53%
>=25 anos	12	15,58%
não responderam	2	2,59%
TOTAL	77	100%

TABELA 1: Idade

Fonte: elaborado pelo autor

Conforme ilustrado na **Tabela 2**, apenas 3 alunos estão no 3º ou 4º semestre, 24 alunos estão no 5º ou no 6º semestre, 32 cursam ou o 7º ou 8º semestre e 15 estudantes cursam ou o 9º ou 10º semestre, correspondendo a, respectivamente; 3,89%; 31,16%; 41,55% e 19,48% do total de respondentes. Três pessoas não responderam em qual semestre do curso de administração se encontram, o que equivale a 3,89% do total dos respondentes.

Semestre	Nº de alunos	Percentual
3º/4º	3	3,89%
5º/6º	24	31,16%
7º/8º	32	41,55%
9º/10º	15	19,48%
não responderam	3	3,89%
TOTAL	77	100%

TABELA 2: Semestre no curso

Fonte: elaborado pelo autor

Quando foi perguntado se o aluno era servidor público, 26% afirmaram ser e 74% disseram que não. Esses dados são apresentados no **Gráfico 2**. Os 26% correspondem aos 20 estudantes - servidores e o restante, correspondem a 57 alunos que não são servidores públicos.

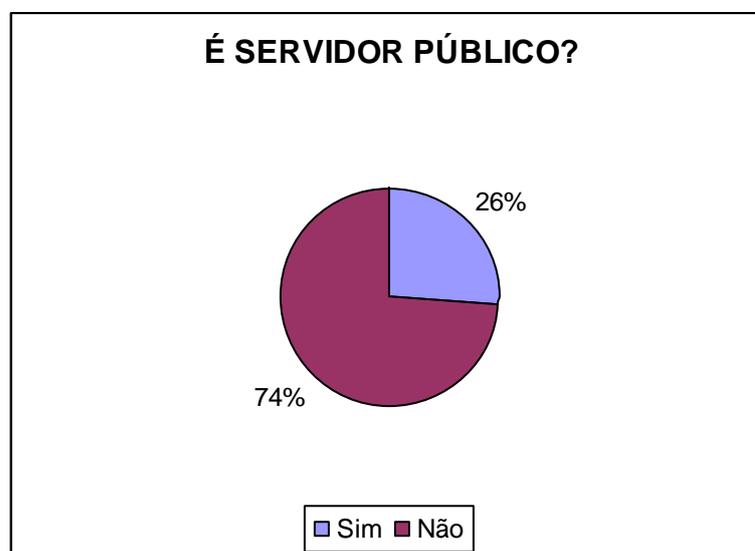


Gráfico 2: É servidor público?
Fonte: elaborado pelo autor

CONCEITO DE ÉTICA

Nessa parte foi analisado como o aluno do curso de administração entende o significado do termo “Ética”. Foram feitos 5 gráficos correspondentes às perguntas sobre o Conceito de Ética.

Não temos como fazer uma discussão sobre a ética sem que saibamos o que essa palavra significa. Por isso, a primeira pergunta desse bloco de questões (Conceito de ética) foi se o aluno entende o significado de ética. Como mostra o **Gráfico 3**, quase a totalidade dos entrevistados afirmaram entender o significado de ética, totalizando 99%. Apenas 1 indivíduo afirmou não entender o significado do termo ética.

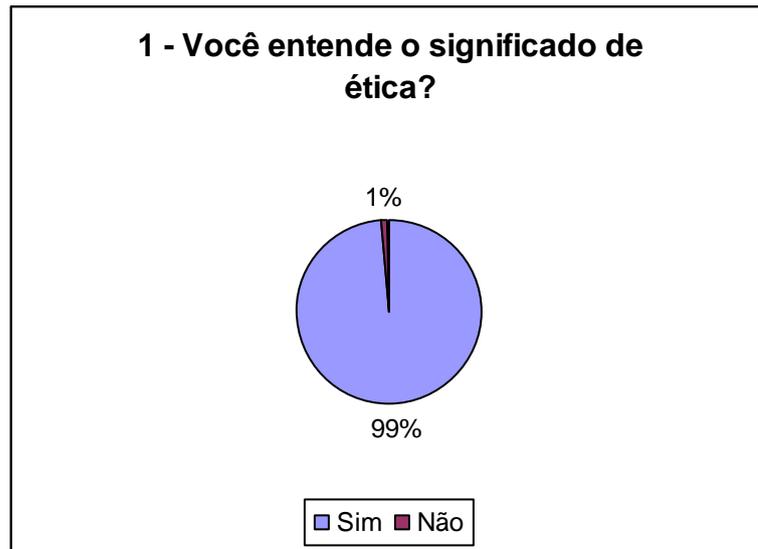


Gráfico 3: Você entende o significado de ética?
Fonte: elaborado pelo autor

Em relação ao período da vida em que o aluno do curso noturno de administração ouviu falar de ética pela primeira vez, 57% dos entrevistados disseram ter sido na adolescência, o que corresponde a 44 pessoas. 27% afirmaram ter sido na infância, num total de 21 pessoas. Apenas 2 estudantes disseram ter ouvido falar pela primeira vez sobre ética na maioridade, correspondendo a 3% do total. 10 estudantes disseram não lembrar quando isso aconteceu, correspondendo a 13% do total de 77.

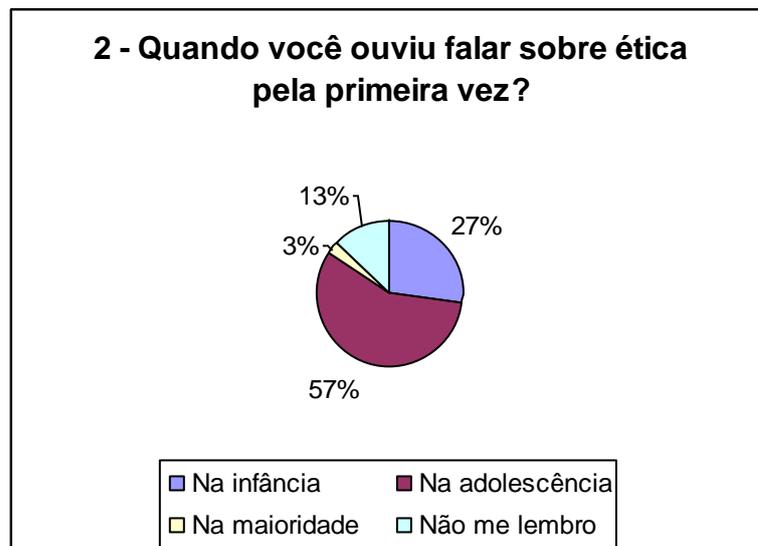


Gráfico 4: Quando você ouviu falar sobre ética pela primeira vez?
Fonte: elaborado pelo autor

O termo “ética” é de difícil definição, já que apresentam elementos de subjetividade. Por isso, é bem provável que diferentes indivíduos considerem o termo “ética” de diferentes maneiras. Nos **Gráficos 5 e 6** percebemos isso.

No **Gráfico 5**, Mais da metade dos entrevistados, 51%, acreditam que a ética pode ser entendida como o que promove maior bem estar para a sociedade, como podemos ver também no Decreto N° 1171/94, Capítulo 1, art. III, que afirma que “A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da idéia de que o fim é sempre o bem comum...”. 23% acreditam que ético é aproximadamente o mesmo que legal. Já 18% dos entrevistados crêem que ética é o comportamento tradicional da sociedade. Essa definição é bem parecida com a de VÁZQUEZ (2002), para esse autor ética é a “teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade”. A resposta que teve menor índice de escolha para a questão 3 do questionário foi a 1ª, que consiste em ser ético o que está de acordo com a convicção de cada um. Essa resposta foi escolhida por 8% dos estudantes.

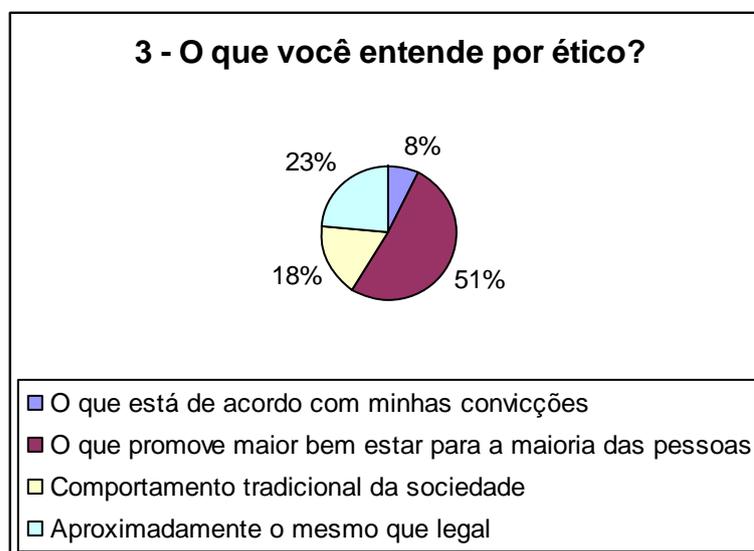


Gráfico 5: O que você entende por ético?
Fonte: elaborado pelo autor

Seguindo a mesma linha do **Gráfico 5**, no **Gráfico 6** notamos a variabilidade de palavras ou expressões que os estudantes remetem ao significado de ética. Neste caso 42%, o que equivale a 33 alunos, responderam que a ética está ligada a honestidade. 34%, 26 estudantes, responderam que a ética está ligada a respeito. Justiça social foi a terceira opção mais marcada, totalizando 12 alunos, 16%. As três

categorias mais votadas se enquadram na definição de SOUZA (2002), em que ele define ética como sendo “um conjunto de princípios e valores que guiam e orientam as relações humanas”.



Gráfico 6: Qual palavra ou expressão remete ao significado de Ética pra você?
Fonte: elaborado pelo autor

Na pergunta 5 foi questionado se o estudante participou de aulas ou alguma outra atividade sobre ética durante o curso superior. 49%, 38 pessoas, afirmaram já ter tido algum tipo de contato com esse tema; 35%, 27 pessoas, disseram não ter tido nenhum tipo de atividade que envolvesse como conteúdo a ética; e 16%, 12 pessoas, não se lembram.

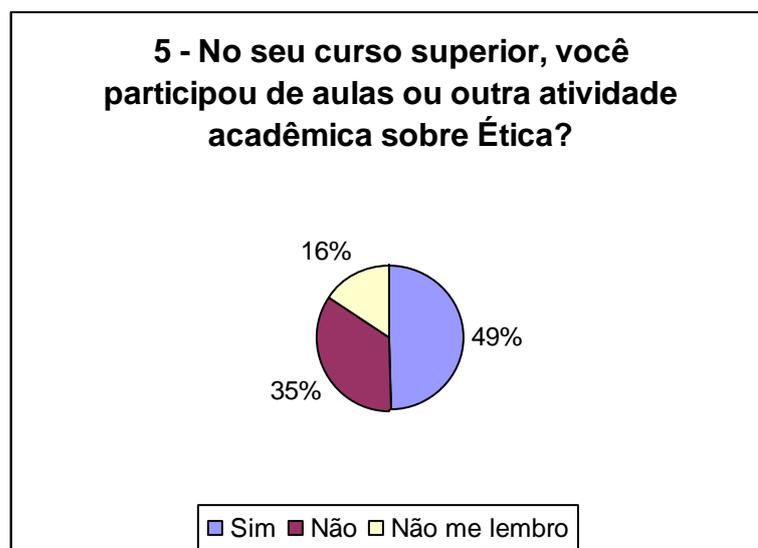


Gráfico 7: No seu curso superior, você participou de aulas ou outra atividade acadêmica sobre Ética?
Fonte: elaborado pelo autor

ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nessa parte da análise, com o auxílio das outras duas anteriores, lidamos diretamente com a pergunta de pesquisa deste presente estudo, que é a seguinte: Qual a percepção dos alunos do curso noturno de Administração da Universidade de Brasília em relação ao tema “Ética na Administração Pública”?

A primeira pergunta questiona se o respondente considera o tema “Ética na Administração Pública” importante. De acordo com o **Gráfico 8**, a grande maioria respondeu Sim a essa pergunta, totalizando 91% dos entrevistados. 4% respondeu que não considera esse tema importante e 5% disseram não saber. Como falado anteriormente, na justificativa deste trabalho, o debate sobre a “Ética” vem ganhando cada vez mais destaque na sociedade atual, seja nas relações pessoais, na política, nos negócios, etc. Com isso, é notável a crescente preocupação e interesse, por parte da população e da imprensa, por esse tema. Vemos claramente essa tendência com as informações contidas no **Gráfico 8**.

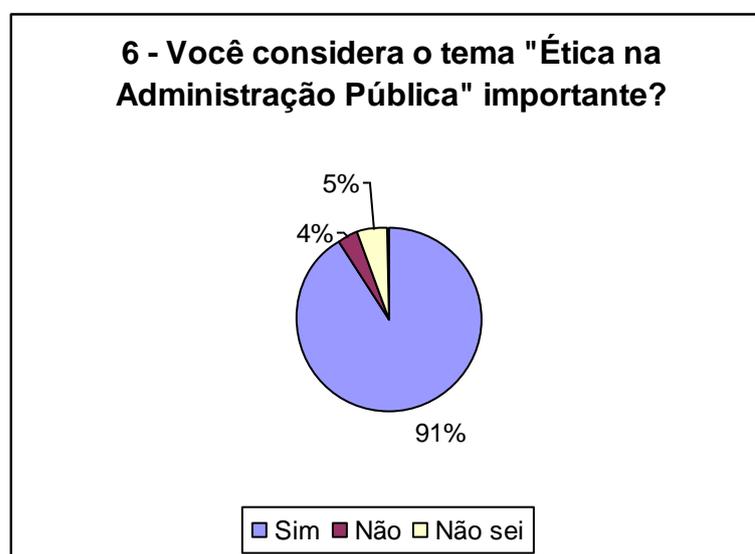


Gráfico 8: Você considera o tema “Ética na Administração Pública” importante?
Fonte: elaborado pelo autor

Na pergunta 7, os alunos foram questionados se acham que é dever do servidor executar com postura ética seu trabalho. O decreto 1171/94, que aprova o Código de Conduta Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, em seu primeiro capítulo, na segunda seção, enumera 21 deveres fundamentais do

servidor público, entre eles, vários destacam uma postura ética por parte do servidor.

Como observamos no **Gráfico 9**, 99% dos estudantes responderam Sim a essa pergunta. Apenas 1 estudante respondeu Não a essa pergunta.

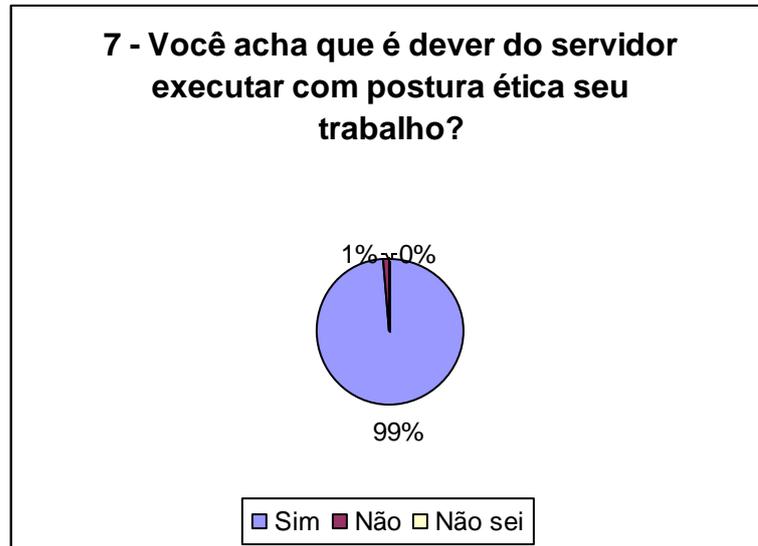


Gráfico 9: Você acha que é dever do servidor executar com postura ética seu trabalho?

Fonte: elaborado pelo autor

Na pergunta 8, em que se questiona se uma postura ética por parte do servidor proporciona confiança no serviço prestado, a grande maioria dos respondentes, 92%, respondeu que Sim. 4% dos estudantes disseram que não necessariamente uma postura ética proporciona confiança no serviço prestado e 4% não souberam dizer.

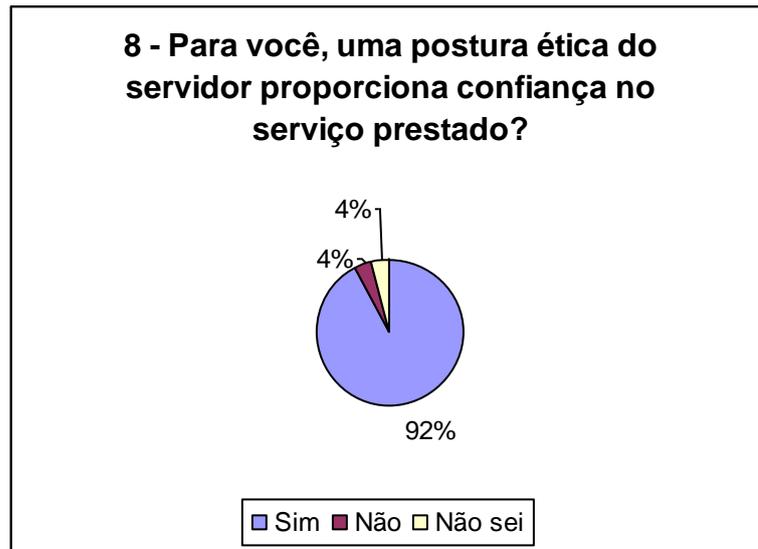


Gráfico 10: Para você, uma postura ética do servidor proporciona confiança no serviço prestado?

Fonte: elaborado pelo autor

Em relação à imagem que os estudantes do curso noturno de administração da UnB possuem do serviço público, o **Gráfico 11** mostra a proporção de pessoas que responderam Não a essa pergunta, equivalente a 73% dos entrevistados. 19% responderam que possuem uma boa imagem do serviço público e 8% não souberam responder, pois possuem uma imagem ,ora boa, ora ruim. Segundo NOLAN (1995) A perda de confiança é uma coisa séria. Criou-se uma cultura de incerteza moral, de desconfiança, por parte dos cidadãos, nos ocupantes de cargos públicos.



Gráfico 11: Você possui uma boa imagem do serviço público?

Fonte: elaborado pelo autor

Na pergunta 10, foram estruturadas quatro respostas para serem relacionadas a imagem do serviço público. De acordo com o **Gráfico 12**, 40% dos respondentes relacionaram a imagem do serviço público com a qualidade dos serviços prestados, 23% com a conduta ética dos servidores públicos, 26% com as oportunidades criadas para a sociedade e 8% com o desempenho da economia. 3% dos entrevistados não responderam a essa questão.

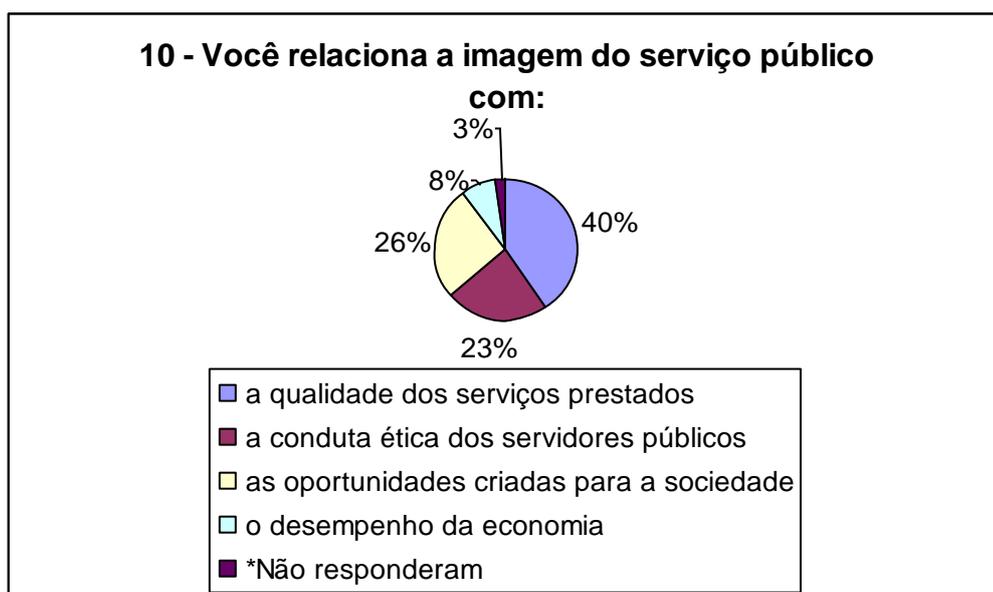


Gráfico 12: Você relaciona a imagem do serviço público com:
Fonte: elaborado pelo autor

Para (NOLAN,1995), é necessário recuperar a confiança e o respeito das pessoas. Um comportamento decente na vida pública não é apenas desejável, mas essencial, pois são esses trabalhadores os responsáveis por lidar com o bem público. O **Gráfico 13** nos mostra que 98% dos alunos entrevistados acreditam que a conduta ética pode melhorar a qualidade do serviço público. Apenas 1 aluno afirmou não acreditar nisso e outro não soube responder.

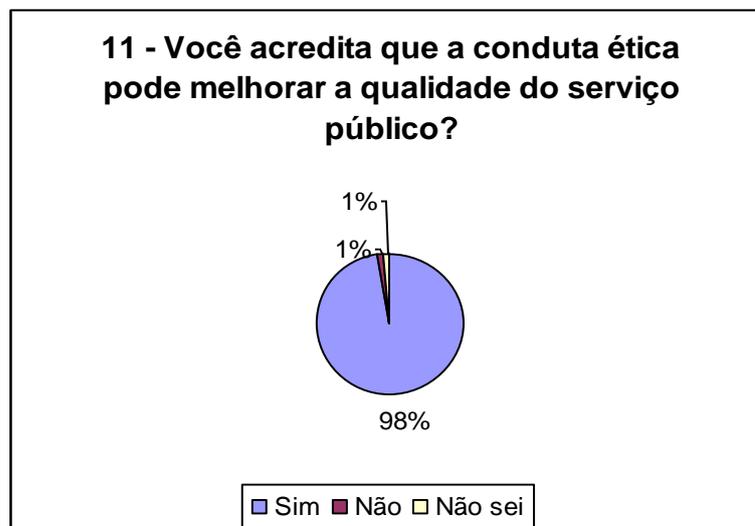


Gráfico 13: Você acredita que a conduta ética pode melhorar a qualidade do serviço público?

Fonte: elaborado pelo autor

A CEP busca contribuir para a divulgação e promoção da ética nas entidades e órgãos que integram o Poder Executivo Federal, fazendo com que o respeito à ética ocorra em todo o funcionalismo público. (COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA, 1999)

De acordo com o **Gráfico 14**, 43% dos respondentes afirmaram conhecer algum Código de Conduta Ética para o Serviço Público Federal. 43% disseram não conhecer tais códigos e 14% disseram não se lembrar. Dentre os estudantes que se declararam servidores públicos, 20 alunos, 10 afirmaram conhecer algum Código de Conduta Ética, 9 disseram desconhecê-lo e 1 não se lembrava.

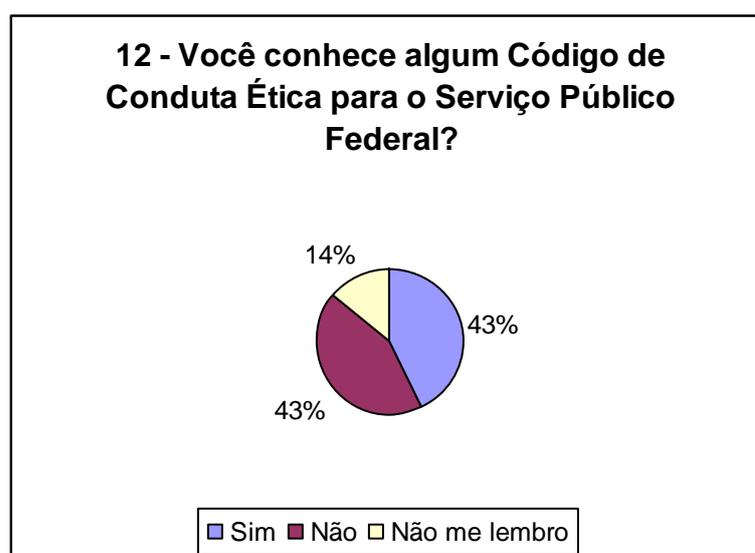


Gráfico 14: Você conhece algum Código de Conduta Ética para o Serviço Público Federal?

Fonte: elaborado pelo autor

Em relação à promoção da ética na Administração Pública, o **Gráfico 15** mostra que a maioria dos entrevistados, 72%, considera insuficiente o que o Estado faz para esse fim. 3%, apenas uma pessoa, disse que o que o Estado faz é suficiente e 25% desconhecem a atuação do Estado para promover a ética na Administração Pública.

Confrontando com isso, temos várias ações do Estado em prol da ética, como descrito anteriormente neste estudo, no tópico 4.2 - A Implementação da Ética na Administração Pública. Entre essas ações podemos citar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, que foi instituído no dia 22 de junho de 1994; o Decreto nº 6029/2007, que cria o Sistema de Gestão da Ética Pública do Poder Executivo Federal e regulamenta as atribuições das comissões de ética na Administração Pública Federal; as legislações complementares à essa matéria, citado por MENDES (2010), que são: a Constituição Federal, art.37; a Lei 8112/90, Título IV; a Lei 8429/92, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, art. 482, 483, 493 a 495, e 499; o Código Penal, Título X e a Lei 9784/99; entre outras.

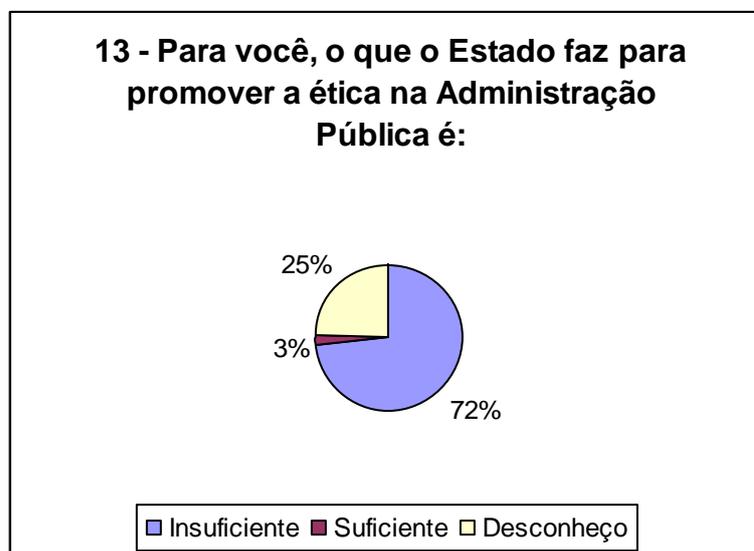


Gráfico 15: Para você, o que o Estado faz para promover a ética na Administração pública é:

Fonte: elaborado pelo autor

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O objetivo geral do estudo, que era identificar o conhecimento dos alunos do curso noturno de Administração da Universidade de Brasília-UnB em relação ao tema Ética na Administração Pública Federal, foi alcançado.

Segundo Valls (1993), a ética é uma daquelas coisas que todos sabem o que é, mas não conseguem explicar. Isso se confirmou com as informações contidas nos **Gráficos 5 e 6**, em que apresentaram diferentes formas do entrevistado entender o significado de Ética. Percebe-se a subjetividade do termo.

O fato da maioria dos respondentes terem tido o primeiro contato com o termo Ética na adolescência é interessante, pois é na juventude o período em que a pessoa mais desenvolve seu intelecto e sua capacidade crítica, fazendo com que o conceito de Ética seja mais discutido e conseqüentemente mais compreendido. Aqueles que disseram ter ouvido falar de ética pela primeira vez na infância possuem ainda mais familiaridade com o conceito de ética.

A pesquisa foi direcionada aos estudantes do curso de administração justamente for serem eles os futuros servidores públicos, gestores, administradores de empresas, gerentes, etc. e foi percebido que muitos deles disseram não ter tido ou não se lembrarem de ter tido aulas ou qualquer outra atividade acadêmica sobre Ética. É necessário que o administrador público tenha a consciência ética de que gerencia algo que pertence a “todos”. Isso pode servir de parâmetro para se avaliar a necessidade de criação de uma disciplina específica para se tratar da Ética no curso de Administração, já que no cenário atual o Departamento de Administração da UnB não oferece nenhuma disciplina obrigatória sobre esse tema.

Como era esperado, observou-se que os alunos entrevistados consideram o tema ética na Administração Pública muito importante, já que a grande maioria dos alunos respondentes acredita que é dever do servidor executar seu trabalho com postura ética, que essa postura ética proporciona confiança no serviço prestado e que a conduta ética pode melhorar a qualidade do serviço público. É essencial essa convicção dos alunos, pois, como disse NOLAN (1995), um comportamento decente na vida pública não é apenas desejável, mas essencial, pois são esses

trabalhadores os responsáveis por lidar com o bem público. Esse resultado demonstra uma tendência de crescimento da valorização da ética, confirmando o que foi relatado no trabalho.

Outra informação interessante e que corrobora o que NOLAN (1995) disse a respeito da perda de confiança nos ocupantes de cargos públicos, foi o fato da grande maioria das pessoas que responderam ao questionário não possuírem uma boa imagem do serviço público. Acredita-se que o aparecimento de casos de desvios de padrão ético com cada vez mais intensidade na imprensa acentue essa imagem negativa do serviço público. Sugere-se um estudo futuro sobre a questão da ética envolvendo os meios de comunicação como forma de construir uma imagem negativa em relação ao serviço público em geral.

Sugere-se um futuro estudo a fim de se discutir e contextualizar o papel da Administração Pública brasileira no que se refere à participação, implementação e divulgação de políticas públicas, pois foi concluído nesse estudo que muitos estudantes, entre os quais, aqueles que se declararam servidores públicos, desconhecem códigos de conduta ética no serviço público. A partir dessa informação, podemos concluir também que uma das funções das Comissões de Ética, que é a divulgação das normas de conduta ética, não está sendo realizada de forma eficiente.

Outra sugestão para futuros estudos é incorporar a questão: Seus pais são servidores públicos? Isso poderia levar a uma reflexão sobre a percepção do estudante acerca da ética no serviço público e também relacionar à pergunta: Quando você ouviu falar de ética pela primeira vez?

Uma das limitações do presente estudo foi o fato de se estudar apenas alunos do curso noturno de Administração da Universidade de Brasília – UnB. Outras análises sobre esse tema podem ser feitas com estudantes de diversas outras áreas do conhecimento. Apesar de se ter atingido o objetivo geral, o estudo contou com uma amostra pequena, apresentando informações não tão precisas. Recomenda-se um estudo futuro com um número maior de sujeitos e a utilização de técnicas de análise mais aprofundadas, com o uso de estatística inferencial para co-relacionar os resultados, o que pode trazer novos dados e resultados mais satisfatórios.

Também podemos considerar como limitação o fato do conceito de ética ser muito subjetivo. É um termo que está relacionado com valores internalizados pelas pessoas e na relação que cada um tem com si mesmo e com os outros. Não podemos, então, generalizar o que é a ética.

Em síntese, precisamos resgatar a ética como forma de orientar as relações humanas. É necessário que, não somente a população alvo desse estudo, mas toda a sociedade brasileira incorpore o comportamento ético; seja na vida cotidiana, no trabalho ou em qualquer lugar. A ênfase na ética deve ser trabalhada tanto para os agentes do Estado, quanto para os “usuários” do Estado. Todos esses devem estar sujeitos às regras morais: a mesma obrigação de pensar o mundo buscando se relacionar com os demais com honestidade e justiça.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. O impacto do modelo gerencial na administração pública Um breve estudo sobre a experiência internacional recente. 52 p. (Cadernos ENAP; n. 10. Brasília, 1997).

ADMINISTRAÇÃO. Universidade de Brasília. Disponível em http://www.unb.br/aluno_de_graduacao/cursos/administracao. Acesso em 30 de outubro de 2011.

AMORIM, S. N. D. Ética na esfera pública: a busca de novas relações Estado/Sociedade. Revista do Serviço Público. Brasília: Fundação Escola Nacional de Administração Pública. ENAP, v. 51, p. 94-104, abr/jun. 2000.

ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. Filosofando, Introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna, 1993, 2. ed. Capítulo 27.

ARRUDA, M. C. C. Código de Ética: um instrumento que adiciona valor. São Paulo: Negócio Editora, 2002

BAUMAN, Z. Ética pós-moderna. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

BRASIL. Decreto nº 1171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Conduta Ética Profissional do Servidor Público. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm>. Acesso em 20/10/2011.

BRASIL. Decreto nº 6029, de 1º de fevereiro de 2007. Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Disponível em <[HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6029.htm#art25](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6029.htm#art25)>. Acesso em 20/10/2011.

BRASIL. Presidência da República, Comissão de Ética Pública. Pesquisa sobre valores éticos / coordenação de Roberto DaMatta e Ricardo Caldas. Brasília: Presidência da República, Comissão de Ética Pública, 2009. 320p.

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA. Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em <http://etica.planalto.gov.br/cursos_semin>. Acesso em 30 de outubro de 2011.

CORREIA, Cassiana Alexandre Dias. Gestão da ética: a ética como instrumento de desenvolvimento dos agentes públicos. 2011. 31 f. Monografia (Bacharelado em Administração)—Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

DENHARDT, K.G.; GREEN, R (1994), "Character ethics and transformation of governance", *International Journal of Public Administration*, vol 17, n.12.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

FERREIRA, A. B. H. Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª Ed. São Paulo. Atlas. 2002.

GÜNTHER, Hartmut. Como elaborar um questionário. Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais. Nº 01. Brasília, 2003. 15p.

HAIR JR, J. F. et al. Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração. Porto Alegre: Bookman, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiro Editores, 2000.

MENDES, Annita Valléria Calmon. Ética na administração pública federal: a implementação de comissões de ética setoriais: entre o desafio e a oportunidade de mudar o modelo de gestão. Brasília: FUNAG, 2010. 124p.

MORAES, Alexandre de. DIREITO CONSTITUCIONAL. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NOLAN, Lord. Normas de conduta para a vida pública. Tradução de standards in public life. London: HMSO, 1995. 152p. (Cadernos ENAP, n. 12. Brasília, 1997)

ROSAS, V. B. ; Afinal, o Que é Ética?. Disponível em <<http://www.mundodosfilosofos.com.br/vanderlei18.htm>>. Acesso em 15/10/2011.

SOBRE A INSTITUIÇÃO. Universidade de Brasília. Disponível em <http://www.unb.br/sobre>. Acesso em 30 de outubro de 2011.

SOUZA, Herbert de; RODRIGUES, Carla. Ética e Cidadania. São Paulo: Moderna, 2002.

VALLS, Álvaro L.M. O que é ética. 7a edição Ed. Brasiliense, 1993.

VÁZQUEZ, A. S. Ética trad. João Dell'Anna. 22ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

YAREMKO, R. K., HARARI, H., HARRISON, R.C., & LYNN, E. (1986). *Handbook of research and quantitative methods in psychology*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.

ANEXOS

ANEXO A - Questionário

Caro(a) aluno(a),

Este questionário faz parte de uma pesquisa para a monografia de graduação do curso de Administração da Universidade de Brasília–UnB. O tema da pesquisa é Ética na Administração Pública e seu objetivo é analisar a percepção dos alunos do curso de administração em relação a este tema. Gostaria da sua contribuição para responder o questionário a seguir. Desde já agradeço a compreensão. Favor responder todas as questões.

<p>I - INFORMAÇÕES PESSOAIS</p> <p>SEXO: <input type="checkbox"/> masculino <input type="checkbox"/> feminino IDADE: anos SEMESTRE NO CURSO: semestre É SERVIDOR PÚBLICO? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p> <p>II – CONCEITO DE ÉTICA</p> <p>1 - Você entende o significado de ética? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p> <p>2 - Quando você ouviu falar sobre ética pela primeira vez? <input type="checkbox"/> na infância <input type="checkbox"/> na adolescência <input type="checkbox"/> na maioridade <input type="checkbox"/> não me lembro</p> <p>3 - O que você entende por ético? <input type="checkbox"/> o que está de acordo com minhas convicções <input type="checkbox"/> o que promove maior bem estar para a maioria das pessoas <input type="checkbox"/> comportamento tradicional da sociedade <input type="checkbox"/> aproximadamente o mesmo que legal</p> <p>4 - Qual palavra ou expressão remete ao significado de ética pra você? <input type="checkbox"/> honestidade <input type="checkbox"/> agir dentro da lei <input type="checkbox"/> respeito <input type="checkbox"/> justiça social</p> <p>5 - No seu curso superior, você participou de aulas ou outra atividade acadêmica sobre Ética? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não me lembro</p>	<p>III - ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</p> <p>6 - Você considera o tema “Ética na Administração Pública” importante? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não sei</p> <p>7 - Você acha que é dever do servidor executar com postura ética seu trabalho? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não sei</p> <p>8 – Para você, uma postura ética do servidor proporciona confiança no serviço prestado? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não sei</p> <p>9 - Você possui uma boa imagem do serviço público? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não sei</p> <p>10 - Você relaciona a imagem do serviço público com: <input type="checkbox"/> a qualidade dos serviços prestados; <input type="checkbox"/> a conduta ética dos servidores públicos; <input type="checkbox"/> as oportunidades criadas para a sociedade; <input type="checkbox"/> o desempenho da economia.</p> <p>11 - Você acredita que a conduta ética pode melhorar a qualidade do serviço público? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não sei</p> <p>12 - Você conhece algum Código de Conduta Ética para o Serviço Público Federal? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não me lembro</p> <p>13 - Para você, o que o Estado faz para promover a ética na Administração Pública é: <input type="checkbox"/> insuficiente <input type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> desconheço</p>
---	---